O TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DA MULHER NO BRASIL

***SÂNDILLA DO AMARAL BARBOSA**

Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito de Ipatinga

****EDUARDO VERÍSSIMO ALVES DE CARVALHO**

Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Graduado em DIREITO pela FACULDADE DE DIREITO DO VALE DO RIO DOCE . Advogado especialista em Regularização Fundiária e Direito Imobiliário. Professor das Faculdades Presidente Antônio Carlos de Ipatinga Timóteo, UNIPAC. Professor da FADIPA - Faculdade de Direito de Ipatinga. Assessor Jurídico do Sindicado do Trabalhadores da Saúde do Vale do Aço.

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo analisar o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, sua origem, bem como o ordenamento jurídico brasileiro e também, casos reais sobre o assunto. E mais, discorrer sobre o consentimento das vítimas em relação ao tráfico de mulheres. A motivação para a realização da pesquisa é a realidade jurídica e sociológica das mulheres vítimas do tráfico. A ideia que foi delineada nas páginas deste trabalho se baseou em uma forma de divulgação desse problema, que hoje atinge milhões de mulheres, e o fato de não ser algo tão divulgado e sabido pelas pessoas. Enfim, a análise das características sociais das vítimas. Essa pesquisa visou demonstrar que as mulheres estão sujeitas a serem vítimas do tráfico. As reflexões foram feitas com base no método materialista histórico dialético, pois buscaram identificar quais os principais determinantes desse crime. A pesquisa foi jurídico-teórica já que a solução do problema será buscada a partir da análise dos dogmas jurídicos no tempo e no espaço. O tipo de pesquisa é bibliográfica, pois procurar-se-á explicar um problema a partir de referências teóricas. A pesquisa quanto à abordagem é qualitativa por ser procedida através da análise dos conteúdos das teorias existentes publicadas. Quanto à técnica é considerada documentação direta e indireta, pois são utilizadas fontes secundárias conforme obras listadas nas referências, cujos autores abordam aspectos relevantes relacionados à pesquisa. Também dados da internet em sites de publicações. O que foi observado ao final do trabalho foi que os mecanismos de prevenção ao tráfico tem sido falhos no combate ao tráfico de mulheres, pois é necessário uma atenção a mais com a família vítima do tráfico. E concluindo que a necessidade do Estado ter a atenção voltada a esse crime, pois a sua prevenção, e possível combate, virá a longo prazo, pois há muito a ser feito.

Palavras chave: Tráfico de Pessoas. Exploração Sexual. Mulheres. Venda de corpos. Exploração dos corpos.

1 INTRODUÇÃO

O tráfico de pessoas e mais especificamente o de mulheres se tornou uma questão internacional desde a metade do século XIX. Nunca foi uma tarefa fácil abordar sobre esse tema, tendo em vista o preconceito formado pela sociedade. O Tráfico de

mulheres é logo associado ao comércio ilegal e a exploração sexual. Esse assunto está sendo intensificado nas questões internacionais em todo mundo, pois o que se vê é o aumento demasiadamente do tráfico de mulheres.

A motivação para a realização da pesquisa se origina pelos motivos baseados na realidade jurídica e sociológica das mulheres vítimas do tráfico de pessoas. A ideia que será delineada neste trabalho se baseará nas características sociais das mulheres e nas motivações do cometimento desse crime, e também na análise do texto constitucional, dos conceitos jurídicos, ou seja, o ordenamento jurídico brasileiro sobre esse assunto.

O que se pretende aqui é mostrar o que os legisladores pátrios estão fazendo em relação a esse assunto. Pois, ao mesmo tempo em que o tema aumenta em importância, o esforço do Estado ao combate desse crime também se acentua, possibilitando toda a evolução das ações governamentais brasileiras em tentar coibir essa prática criminosa.

As reflexões aqui apresentadas serão feitas com base no método materialista histórico dialético para análise do tráfico de mulheres com fins de exploração sexual, buscando identificar quais os principais determinantes, ou seja, extrair da realidade brasileira quais as principais determinações que levaram as mulheres a ingressarem na rede de tráfico.

A pesquisa a ser realizada será jurídico-teórica já que a solução do problema será buscada a partir da análise dos dogmas jurídicos no tempo e no espaço. Quanto ao tipo de pesquisa será bibliográfica, visto que procurar-se-á explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em livros, artigos de autoria de profissionais do direito, leis, revistas e jurisprudências. A pesquisa quanto à abordagem será considerada qualitativa por ser procedida através da análise dos conteúdos das teorias existentes publicadas, na busca da explicação do problema.

Quanto à técnica a ser utilizada será considerada documentação direta e indireta, visto que serão utilizadas fontes secundárias conforme obras listadas nas referências, cujos autores abordam aspectos relevantes relacionados à pesquisa e

também consistirá no levantamento de dados no próprio local em que os fenômenos ocorrem. Também dados da internet em sites de publicações e discussões contidas nas páginas.

Diante ao exposto, este trabalho se organizará tal como demonstrado a seguir.

No primeiro capítulo, para delimitar a origem e a evolução do tráfico de mulheres, será feito um estudo bibliográfico, focalizando desde o tráfico de pessoas, passando por uma passagem da Bíblia, guerras antigas, o pelo povo Hebreu, chegando as primeiras práticas escravistas na América, até finalmente chegar ao Brasil.

O segundo capítulo apresentará acerca do ordenamento jurídico brasileiro em relação ao tráfico de mulheres. Fará uma análise de todos os meios que o Brasil possui para coibir a prática de tal ato. Passando pelas leis, órgãos de defesa e as instituições em prol da defesa do tráfico de pessoas.

No terceiro capítulo, se apresentará alguns casos de tráfico de mulheres no Brasil. A história de duas garotas brasileiras que foram levadas para outros países com falsas promessas de vida, para serem vítimas do tráfico, além da famosa rota entre o Brasil e a Venezuela, famosa por ser utilizada pelos traficantes de mulheres.

Por fim, na conclusão serão demonstrados as características semelhantes entre as vítimas e os possíveis meios de prevenção e repressão a esse mal, além de demonstrar as nuances desse crime, pois é necessário o estímulo, reflexão e produção acadêmica, bem como a divulgação dos conhecimentos acerca dessa realidade, buscando enfim, ações para o enfrentamento do tráfico de pessoas.

2 BREVE HISTÓRICO DO TRÁFICO DE PESSOAS

O tráfico é todo comércio clandestino e ilegal. O Tráfico de Pessoas tem como propósito o transporte de seres humanos com fins comerciais.

É certo que o Tráfico de pessoas acontece há vários anos. Porém a atenção devida a este crime só foi dada a partir dos últimos anos. A exploração sexual das mulheres

é milenar, pois, em Gênesis capítulo 19, onde exigem que os estrangeiros que se encontram na cidade sejam colocados à disposição das pessoas de Sodoma para que fossem abusados, o que nos leva a captar que esta prática acontecia a milhares de anos atrás.

Ainda não tinham ido deitar-se, quando todos os homens de toda parte da cidade de Sodoma, dos mais jovens aos mais velhos, cercaram a casa. Chamaram Ló e lhe disseram: "Onde estão os homens que vieram à sua casa esta noite? Traga-os para nós aqui fora para que tenhamos relações com eles". (GENESIS, 19:4-5)

Um pouco mais adiante, essa prática se mostrou nas guerras antigas, onde, quem vencida adquiria direito sobre o povo perdedor, pois nessas guerras antigas havia saqueio das cidades dos perdedores e os bens, como também eram divididos entre os vencedores as mulheres da cidade.

Já o povo hebreu sempre foi escravizado. O Código de Hamurabi de 1694 a.C. com suas 281 Leis talhadas na rocha traziam normas complementares acerca da propriedade de escravos em seus artigos 278 a art. 282.

278º - Se alguém compra um escravo ou uma escrava e, antes que decorra um mês, eles são feridos do mal benu, ele deverá restituí-los ao vendedor e o comprador receberá em seguida o dinheiro que pagou.

279º - Se alguém compra um escravo ou uma escrava e outro propõe ação sobre eles, o vendedor é responsável pela ação.

280º - Se alguém em país estrangeiro compra um escravo ou uma escrava, se volta à terra e o proprietário reconhece o seu escravo ou a sua escrava, se o escravo ou escrava, são naturais do país, ele deverá restituí-los sem indenização.

281º - Se são nascidos em outro país, o comprador deverá declarar perante Deus o preço que ele pagou e o proprietário deverá dar ao negociante o dinheiro pago e receber o escravo ou a escrava.

282º - Se um escravo diz ao seu senhor: "tu não és meu senhor", será convencido disso e o senhor lhe cortará a orelha.

Mais adiante em 1904, na discussão sobre o tráfico para práticas escravistas nas Américas, o Tratado Internacional para Eliminação do Tráfico de Escravas Brancas foi o primeiro mecanismo internacional a tratar de tráfico para exploração sexual.

A Lei de alterações de lei criminal de 1885, foi um instrumento inglês que mencionou o tráfico de mulheres para prostituição, porém, não se constituía como norma exclusiva sobre o tema.

Em 1904 um tratado foi assinado que em seu preâmbulo as majestades dos impérios ocidentais obrigaram-se a proteger as mulheres do chamado Tráfico de Escravas Brancas (White Slave Traffic). O primeiro artigo desse tratado trouxe a finalidade essencial do tratado: A perseguição de mulheres e crianças para objetivos libidinosos no estrangeiros devem ser perseguidos pelos governos.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a prostituição era vista como uma ameaça a família, casamento, corpo, trabalho e etc. Ela foi entendida como um tipo de “enfermidade” e tornou um alvo de planos de prevenção. As mulheres consideradas prostitutas foram perseguidas e denominadas um embaraço à civilização, e deveriam sair de circulação, inclusive com suas casas em locais isolados da população em geral. Pois, nessa época que houve a fusão entre mulher e debilidade.

Na época colônia portuguesa, no Brasil, homens e mulheres do continente africano vieram para as nossas terras, para trabalharem na exploração de minérios e nas culturas de cacau, café, cana-da-índia e similares, como escravos pelo menos no enquanto fossem produtivos. Às mulheres africanas, coube algumas séries de outras determinações, como os afazeres domésticos, a iniciação sexual dos filhos dos senhores de engenho, e os próprios senhores de engenho. Ademais, são inúmeros os registros de concubinatos, alguns dos quais os senhores tinham filhos com a concubina.

A história recente remonta que no Brasil que ainda durante as navegações na época da colônia portuguesa. Mulheres Europeias vinham para o continente americano durante à pobreza que perdurava em seu continente, se tornando aqui, objetos de exploração sexual.

O autor Manolo Florentino, apontou uma estrutura para o método do tráfico de pessoas: que é a variação do cálculo econômico da empresa escravista, o fluxo demográfico e o tráfico de pessoas como um negócio. O tráfico de pessoas hoje é considerado uma escravidão moderna. Entretanto, o tráfico de pessoas é distinto da escravidão da antiguidade.

...surge a prostituição-comércio, escapando embora à legislação fiscal, comercial e trabalhista, mas se revestindo, na clandestinidade, de todas as

formas sociológicas inerentes à sua natureza de negócio. Haja vista que o fenômeno prostituição de súbito passa a envolver a existência de bolsas clandestinas de trabalho, acordos locais sobre tarifas reguladoras dos contatos sexuais, grupos operacionais dirigindo as migrações, especulações em torno da lei básica da oferta e da procura, a qual determina e orienta o fluxo de meretrizes para os mais rendosos mercados de trabalho". (PEREIRA, 1976).

Estudos apontam que as mulheres são verdadeiras escravas no continente Europeu. No passado o tráfico de mulheres brasileiras era raro. Recentemente houve uma valorização das mulheres brasileiras. Dados de um levantamento publicado pela União Europeia demonstram que entre 2008 e 2010, foram identificadas um total de 330 brasileiras vítimas do tráfico de pessoas. O número foi coletado a partir da cooperação entre as polícias dos 28 estados do bloco e revelam que as brasileiras representam cerca de 15% de todas as vítimas estrangeiras de tráfico de seres humanos.

No Brasil, o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual só se tornou evidente a partir de 2002, onde, a partir de um pedido do Governo dos Estados Unidos da América foi realizado uma Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial, também chamada de PESTRAF, essa pesquisa foi em todo o âmbito nacional. Desde então, a ação do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNDOC) se iniciou no Brasil com um projeto de cooperação juntamente com o Ministério da Justiça. Esse projeto contou com a finalidade de otimizar os mecanismos de combate ao tráfico de seres humanos, maximizando a capacidade investigativa e a instauração de processos, analisando situações e treinando o pessoal das organizações e promovendo campanhas de conscientização. Esse projeto vigorou até 2005, e se deu como a primeira experiência dessa parceria eficiente entre essas instituições.

Um novo projeto foi firmado em 2006 com a intenção de fortificar a capacidade local de enfrentamento ao tráfico humano. A elaboração da Política Nacional de Enfrentamento ao tráfico de Pessoas e do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), garante uma cooperação de diversos ministérios, organizações internacionais e da sociedade. A criação de um Grupo Assessor, e a instauração de Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e dos postos municipais de atendimento às vítimas, o projeto chegou a uma nova fase.

Depois, em 2009, vários eventos realizados de mobilização e treinamento e elaboração de uma campanha nacional de divulgação sobre esse assunto. Foram criados núcleos estaduais e postos avançados em municípios brasileiros, além de realizadas reuniões do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas, com o Grupo Assessor e com a equipe técnica dos Núcleos estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs).

Dados retirados de um projeto do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNDOC) de cooperação técnica do Centro Internacional de Desenvolvimento de Políticas de Migração (ICMPD) que está sendo executado atualmente no Brasil em conjunto com o Departamento de Polícia Federal e com a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), e tem o objetivo de ampliar o combate a crimes com correlação ao tráfico de pessoas.

O tráfico de pessoas tem se tornado frequente na mídia brasileira nos últimos tempos: quatro novelas da rede globo tem feito sua publicidade social; algumas alterações no Código Penal de repressão ao tráfico tem sido feitas; além da atenção policial voltada ao combate dessa prática e também campanhas antitráfico tem sido feitas e anunciadas por todo território nacional.

Hodiernamente o tráfico de pessoas vem ocupando a cada dia mais um espaço no debate internacional e nacional. A partir de 1990, se tornou preocupação dos Estados e organizações internacionais pelo mundo.

O tráfico internacional de seres humanos é uma prática que viola os direitos humanos, utilizado para alimentar redes internacionais de exploração sexual, tráfico de órgãos, adoção ilegal e trabalho forçado. Tal fenômeno, está ligado à globalização, desigualdade social, questão ética e de gênero (DAMÁSIO, 2003).

A ignorância dos Estados é um obstáculo ao combate do tráfico humano. Na verdade, o maior número das legislações nacionais tem dificuldade em definir as várias abrangências das atividades do tráfico humano, se tornando uma entrave ao combate ao tráfico de mulheres. Alexandre de Oliveira Kappaun (2011, p.3) define o tráfico de mulheres;

O tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, por exemplo, envolve desde questões ligadas às migrações internacionais a questões ligadas à indústria do turismo sexual. Da migrante que se vê compelida a deixar o seu

próprio país, em busca de melhores oportunidades, ao cliente que paga para usufruir de alguns momentos de prazer ao lado de uma prostituta, diversas atividades estão envolvidas no que se procura classificar como tráfico de pessoas.

A redatora Priscila Siqueira citou a seguinte frase quando participou do trabalho de elaboração da cartilha sobre o Tráfico Humano.

Há neste século XXI, mais pessoas em situação de escravidão no mundo do que há houve registrado na história da humanidade, pois atualmente o número de pessoas traficadas chega à proporções muito maiores. (SIQUEIRA, p.24)

Esses dados alarmantes sucederam em uma convenção na cidade de Palermo, a “Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional”, que resultou no Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças conhecido como Protocolo de Palermo em alusão ao local se realizou a convenção, é o instrumento mais operativo na inibição desse crime.

Um ponto problemático na questão do tráfico de seres humanos rodeia o consentimento da vítima. Existem pessoas que consideram que quando a vítima assente em ir para o exterior em especial nos casos em que sabe que irá trabalhar em atividades sexuais, o crime de tráfico para fins de exploração sexual não existiria. Porém a posição dominante, prevalece pela irrelevância do consentimento ou não da vítima, eis que, esse consentimento pode estar viciado pelas falsas promessas e pela falta de percepção das mulheres e a sua situação de vítima. Uma atividade que viola um dos fundamentos do Estado Brasileiro que é a dignidade da pessoa humana, não pode ser tida como lícita e estar isenta de qualquer punição.

Em relação a isso o Protocolo de Palermo qual foi previamente citado, dispõe também sobre o consentimento da vítima. O consentimento da vítima de tráfico de pessoas visando qualquer forma de exploração (exploração da prostituição ou de outros tipos de exploração sexual, serviços ou trabalhos forçados por outrem, remoção de órgãos e similares) é insignificante se tiver sido adquirido com a utilização de força ou coação.

Ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios

para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra (DECRETO nº 5.017, 2004, Artigo 3º, alínea “a”).

A doutrina por Damásio de Jesus, define o consentimento da vítima:

O tráfico pode envolver um indivíduo ou um grupo de indivíduos. O ilícito começa com o aliciamento e termina com a pessoa que explora a vítima (compra-a e a mantém em escravidão, ou submete a práticas similares à escravidão, ou ao trabalho forçado, ou outras formas de servidão). O tráfico internacional não se refere apenas e tão somente ao cruzamento das fronteiras entre países. Parte substancial do tráfico global reside em mover uma pessoa de uma região para outra, dentro dos limites de um único país, observando-se que o consentimento da vítima em seguir viagem não exclui a culpabilidade do traficante ou do explorador nem limita o direito que ela tem à proteção oficial (JESUS, 2003, p. XXVI).

O que é certo e pressuroso é que as vítimas, que não fazem parte das redes de tráfico, e não cometeram nenhum crime, tem que ser protegidas pela legislação mundial. Tanto no Brasil que é um país “exportador”, como nos demais países inclusive os receptadores, especialmente na repreensão desse mal do século.

3 O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO A RESPEITO DO TRÁFICO DE MULHERES

3.1 Código Penal Brasileiro

O Código Penal de 1940 nomeava em seu Título VI “Dos crimes contra os costumes”. Depois, houve mudanças com o surgimento da lei 12.015, que foi sancionada pelo Presidente da República em 07 de agosto de 2009, onde trouxe significativas mudanças em seus artigos quanto aos crimes sexuais, como o assédio sexual, o estupro, o tráfico de pessoas e o rapto. O tipo penal foi modificado pela lei nº 12.015 de 7 de agosto de 2009 e passou a ser conhecido como tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual. E também acrescentou um terceiro parágrafo onde menciona que se o crime for cometido a fim de obter alguma vantagem econômica, aplica-se também a multa.

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009)

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009)

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009)

§ 2º A pena é aumentada da metade se: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009)

I – a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009)

II – a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009)

III – se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009)

IV – há emprego de violência, grave ameaça ou fraude. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009)

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009).

Sendo o objeto desta lei proteger a moralidade pública e também a dignidade sexual. Já no que consta em relação ao objeto material do delito em estudo é a pessoa a qual promove ou facilita a entrada, em território nacional, de alguém que venha a desempenhar de alguma forma a exploração sexual, como a prostituição, ou a saída de alguém ao estrangeiro para exercer a referida profissão sexual.

Tanto o Tráfico internacional quanto o tráfico interno de pessoas para fim de exploração sexual admite duas modalidades de condutas em seu tipo penal.

Em primeiro lugar, a de promover a entrada em território nacional, de uma pessoa que nele venha a exercer alguma forma de exploração sexual, ou sair do território alguém com o objetivo de exercer a prostituição em território estrangeiro.

Em segundo lugar, a conduta de facilitar a entrada em território nacional, de uma pessoa que venha a exercer a prostituição, ou deslocamento de alguém dentro do território nacional para exercer alguma forma de exploração sexual, como também alguém que saia para exercer no estrangeiro.

O tipo promover que pode ser executar, dar causa ou tomar iniciativa, tem a concepção de organizar totalmente o tráfico de pessoas, para que seja próspero e vantajoso. E o complemento vem com facilitar que é auxiliar e ajudar. Ou seja, a conduta do infrator é ampla e pode se encaixar em seus vários verbos do tipo penal.

O Código Penal Brasileiro em estudo, também apresenta sua forma qualificada, na qual prevê agravantes para o crime do tráfico de pessoas.

Art. 231. § 2º A pena é aumentada da metade se:

I – a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

II – a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III – se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV – há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

Em relação a diminuição da pena, nos termos do § 2º, do art. 149-A, do Código Penal, “a pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa”.

Este delito não reconhece a modalidade culposa, sendo atípica se o agente não age na forma dolosa. Em relação ao momento da consumação, existem duas correntes. Uma corrente opina pela natureza material de crime, porquanto a outra corrente pela sua natureza formal.

Um dos defensores da corrente que defende ser um crime material Guilherme de Souza Nucci, afirma que trata-se de um crime material por ao descrever o comportamento proibido, a lei utiliza as determinadas expressões, na qual pressupõe o efetivo exercício da exploração sexual ou exercício da prostituição para que se consume o delito. Guilherme de Souza Nucci ainda afirma;

Para consumir-se, portanto, é indispensável uma verificação minuciosa do ocorrido após a entrada da pessoa no território nacional ou depois que ela saiu, indo para o estrangeiro. Afinal, ainda que a pessoa ingresse no Brasil para exercer a prostituição, mas não o faça, inexistente crime. Não é delito formal, mas material, demandando o efetivo exercício da prostituição.

Para os que opinam por ser um crime formal. A consumação ocorreria apenas com o ingresso da pessoa estrangeira no território nacional, ou a sua saída do território nacional. Assim, Luiz Regis Prado afirma que o delito se consuma “com a entrada ou

saída efetiva no país, não sendo necessário que a vítima se prostitua. O efetivo exercício da prostituição caracteriza o exaurimento do delito.

Já em relação a tentativa, ela é possível por se tratar de crime plurissubsistente, pois se realiza por meio de vários atos, o que permite o fracionamento do iter criminis. Também, relacionado com a extensão das penas, incorre nesse crime quem agenciar, comprar ou aliciar uma pessoa traficada, ou também quem, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

Vale ressaltar que esses crimes correrão em segredo de Justiça. E cabe julgar de acordo com a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:
V – os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.

A ação penal é a pública incondicionada. Pois o oferecimento da denúncia para se ter início a ação penal não depende de qualquer condição de procedibilidade.

3.2 PESTRAF – Pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Brasil.

A Pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Brasil (PESTRAF) é uma das principais pesquisas que já foram realizadas no Brasil sobre a temática Exploração Sexual. Essa pesquisa foi publicada em 2002 e foi coordenada pelo Cecria- Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes e organizada por Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal.

Essa pesquisa foi feita a fim de dar visibilidade ao estudo, que assim então o estudo contribuísse para aumentar a mobilização da sociedade pela erradicação da violência, e também para construir estratégias de enfrentamento e formular políticas públicas adequadas para combater o tráfico e assim, reduzir qualquer dano causado às vítimas.

Esse estudo mostrou a fragilidade do nosso país no combate ao Tráfico de Pessoas inclusive, essa fragilidade se mostrou através das redes de notificação e armazenamento de dados, e à prestação de informações para enfrentar a questão. A pesquisa mapeou 241 rotas de tráfico de pessoas para o fim da exploração sexual e desse total 131 eram formadas por rotas internacionais, 78 interestaduais e 32 intermunicipais. Os relatórios das regiões mapeadas confirmaram que o tráfico nas organizações governamentais e não governamentais passam por despercebido, no atendimento e também na defesa, responsabilização e prevenção.

Assim a PESTRAF mostra várias propostas para ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Uma dessas ações é a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual com o de Direitos Humanos. Esse plano auxiliaria para reinventar relações democráticas para as lutas sociais, e tem como uma de suas táticas respeitar especificidade das expressões sociais. Essa pesquisa visou uma articulação de projetos e ações, e tem a finalidade de potencializar os recursos humanos. Com esses dados ofertados pela pesquisa, o Ministério da Justiça e também a Secretaria Especial de Políticas para as mulheres (SPM) em 2006, juntaram esforços e elaboraram a Política Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas – PNETP. E assim, ao lado do Governo Federal e outros órgãos, formularam as diretrizes e as ações de prevenção e inibição ao tráfico de pessoas e o atendimento às vítimas.

3.3 Política Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas – PNETP

Devida ao grande aumento do tráfico de pessoas ao longo dos anos, a elaboração da Política Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas (PNETP), com a publicação do decreto presidencial nº 5.948, de 26 de outubro de 2006. Proporcionando assim, esse problema ser também, o assunto do Poder Executivo Federal.

Sendo assim a definição do tráfico de pessoas que a PNETP utiliza é algo similar ao que está posto no Protocolo de Palermo, ou seja, o objetivo primordial é designar princípios e diretrizes preventivos e repressores ao tráfico de pessoas, e também oferecer assistência às vítimas.

Assim, é efetuada além de ações judiciais, relações exteriores, educação, saúde, assistência social, além de diversas outras medidas. Portanto, os princípios que regem a PNETP dizem respeito à dignidade da pessoa humana na proteção integral às vítimas, garantia dos direitos, respeito aos acordos internacionais e observância aos princípios das crianças e dos adolescentes.

3.4. Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante – PAAHMS

Tal qual como os Núcleos, a origem dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHMS) está contemplada na “Ação 41” do PRONASCI. Esses postos estão localizados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas e Ceará. A finalidade desses postos estão em receber as pessoas deportadas, uma vez que estão localizadas em pontos estratégicos do país.

Uma equipe é designada para atender esses imigrantes e oferecer a proteção necessária de acordo com a necessidade desses imigrantes. Isso autoriza que sejam apontados casos de tráfico de pessoas.

Ademais os postos também oferecem campanhas com informações para esclarecimento à população sobre a prevenção ao tráfico de pessoas, além de oferecer o devido suporte as vítimas. Tal suporte será feito por meio dos consulados brasileiros no caso de vítimas brasileiras no exterior.

3.5 I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O grande afinco da Política Nacional no combate ao tráfico de pessoas gerou o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Através do Decreto 6.347 de 2008, assim resultou a implementação dos dispositivos da PNETP e nas diversas legislações brasileiras a respeito desse assunto.

O propósito desse plano é minorar a rede do tráfico de pessoas e melhorar as políticas públicas para prevenção do crime. E para alcançar esse objetivo, realizaram-se pesquisas sobre a situação do tráfico e houve a capacitação das pessoas envolvidas com o combate desse crime.

3.6 II Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas

O II Plano Nacional correspondeu, um dos maiores avanços da Política Brasileira em relação ao combate ao Tráfico de Pessoas. O II Plano foi desenvolvido em 2011, aprovado pela Portaria Interministerial nº634, em 25 de fevereiro de 2013. E outra vez, existiu a participação de órgãos federais e organizações internacionais, além da participação da sociedade civil. Esse segundo plano possuiu a duração de 2013 até 2016. O objetivo principal foi o compromisso político na prevenção e repressão do crime, para assim, garantir a segurança, assistência e o cumprimento dos direitos humanos das vítimas.

3.7 Resolução Normativa nº 122/2016

O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) editou a Resolução Normativa nº 122 de 3 de agosto 2016, que dispõe sobre o estrangeiro que é considerado vítima de tráfico de pessoas e de trabalho análogo ao de escravo e sua permanência no Brasil. Essa resolução representou a preocupação do Governo brasileiro em regularizar a condição de estrangeiro no país.

Na Resolução é definido o tráfico de pessoas conforme a definição do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas. Assim a Resolução Normativa em seu artigo 2º define:

Art. 2º Para fins desta Resolução, será considerado tráfico de pessoas, conforme definido no art. 3º, alínea "a" do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, promulgado pelo Decreto nº 5.017 de 12 de março de 2004: "O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A

exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos. (BRASIL, 2016).

Além do mais, a Resolução Normativa CNIg nº 122 está em conformidade com a prevalência dos Direitos Humanos e com o combate ao tráfico de pessoas. A Resolução é uma política eficiente em razão da proteção às vítimas do tráfico.

3.8 Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – NETP

A implantação de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) que foi fortificada através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e é focalizada para a criação de Núcleos e Postos Avançados com a parceria dos governos estaduais. O objetivo do Núcleo é executar as ações de prevenção na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Além do mais, os Núcleos articulam e consolidam os serviços e redes existentes.

No Brasil os Núcleos estão localizados por todo território nacional, de norte a sul do território nacional.

O objetivo do Núcleo é impedir que mulheres possam cair na rede do tráfico, e que o atendimento a essas vítimas durem por anos. O foco está na dificuldade em se ter uma conscientização da sociedade, pois a maioria das pessoas desprezam o assunto, fato que dificulta as atividades do Núcleo.

O Núcleo possui um vínculo com o Poder Legislativo, esse vínculo dificulta a atuação com os órgãos da polícia, que estão ligados ao Poder Executivo. Ademais ele não contempla uma grande parte de políticas públicas que estão relacionadas com o Poder Executivo.

Logo, a atividade do Núcleo é de prevenção, feita meramente por informação, o que não se resulta em uma efetividade almejada no combate ao tráfico de pessoas.

3.9 Lei 13.344/2016

A Lei 13.344 foi sancionada em 06 de outubro de 2016. Essa lei dispõe sobre a prevenção e a repressão do tráfico de pessoas no Brasil, essa lei foi responsável em seu artigo 16 pela revogação dos artigos 231 e 231-A do Código Penal Brasileiro.

Em seu artigo 1º a Lei 13.344 especifica que essa lei ampara as vítimas brasileiras onde quer que elas se encontrem, ou seja, no território nacional e também no estrangeiro, além de abranger os estrangeiros que se encontrem em território brasileiro. Cabe salientar que se a vítima brasileira estiver no exterior, será imediata a assistência feita pela rede consular brasileira, sendo irrelevante a situação migratória do brasileiro nessa situação.

Há a tipificação das condutas de agenciar, recrutar, comprar, transportar ou alojar pessoa mediante qualquer tipo de ameaça, violência, fraude ou abuso, com o objetivo de remover órgãos, escravidão, adoção ilegal e também a exploração sexual.

Essa lei está equiparada ao disposto no Protocolo de Palermo. Em relação a pena prevista é de quatro a oito anos de prisão, além de multa. Ademais, existe agravante no caso do criminoso ser funcionário público ou o crime ser cometido contra crianças, adolescentes e idosos, e também no caso da vítima sair do território brasileiro.

Em relação a repressão do tráfico de pessoas, a lei prevê ações de repressão a esses crimes e a responsabilização dos seus autores e a integração de políticas públicas voltadas ao combate do tráfico. É também, previsto que as vítimas tenham atendimento humanizado.

A adequação ao Protocolo de Palermo é importante por assim, adequar o país aos seus compromissos internacionais. Contudo, apesar de não ter decorrido lapso temporal suficiente para se averiguar os resultados dessa lei, o aspecto mais importante é a tentativa de não culpar a vítima pelo tráfico a qual tem prevalecido essa misoginia em relação a essas vítimas.

3.10 Projeto Migrações Transfronteiriças – MT Brasil

Devido a resultados insatisfatórios com os Postos e os Núcleos, e também da própria sociedade, o Governo Federal criou o Projeto Migrações Transfronteiriças, que fortalece a capacidade do Governo de administrar novos deslocamentos migratórios. O Projeto foi elaborado no ano de 2012 pela Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, pelo Centro Internacional de Desenvolvimento de Políticas de Migração o ICMPD é uma organização internacional responsável pela implementação do projeto no Brasil, além de vários outros órgãos do Governo brasileiro.

Para que o combate ao tráfico seja enfrentado efetivamente, é preciso um processo de articulação, descentralização e de participação de toda a sociedade, para estabelecer uma harmonia entre os órgãos e da sociedade, além das instituições e das organizações internacionais.

Assim, o MT Brasil objetiva o fortalecimento da rede local das instituições visando a melhoria da gestão do movimento migratório. O foco está na integração dos grupos vulneráveis, ou seja, os retornados, migrantes e nas vítimas em potencial do tráfico de pessoas.

Esse projeto apresenta os resultados das pesquisas feitas nos municípios de fronteira e visam promover a capacitação das pessoas nesses locais. Essa capacitação oferece responsabilidade as pessoas para o tratamento dessa questão. Um outro foco é nos aspectos do mundo jurídico e político, que pode assim, oferecer mudanças no papel da mulher nesses locais.

4 O CASO DA BR-174

A fronteira entre o Brasil e a Venezuela está sendo um dos grandes focos do tráfico de mulheres. O estado de Roraima, situado na região amazônica conjuntamente com o estado da Amazônia, Pará, a Guiana e a Bolívia e Venezuela, onde suas respectivas populações são formadas por migrantes do nordeste e norte brasileiro.

A população de Roraima tem sua população formada por populações de várias regiões do Brasil, onde, existem diversos conflitos de cunho econômico, étnicos e

sociais, onde a maioria das pessoas não tem nenhuma ou quase nenhuma escolaridade.

A pesquisa sobre o tráfico de mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil – PRESTAF, que foi publicada em 2002, revela que Roraima é a rota internacional do tráfico de mulheres, na via BR-174, onde saem de Manaus para Boa Vista, Pacaraima na fronteira com a Venezuela com o fim de chegar a Europa.

O relatório feito pelo PESTRAF estão descritas todas as rotas a partir da fronteira brasileira, que tem por finalidade países como a Holanda e Espanha. A exploração sexual com o fim comercial, tem se fortificado como um dos problemas do estado de Roraima e por essa razão tem se procurado uma integração das Instituições federais e também estaduais, com a finalidade e garantir os direitos das mulheres vítimas desse abuso.

A rota da BR-174 é facilitada pela vulnerabilidade da fiscalização pelas polícias brasileiras, como a polícia Federal e a Rodoviária Federal, e assim não exigindo uma grande barreira aos traficantes e aos aliciadores que objetivam alcançar as áreas onde se encontram mulheres de baixa renda e escolaridade para iniciar o aliciamento para o tráfico.

Uma das dificuldades existentes na repressão ao tráfico de mulheres é a grande deficiência de informações sobre a presente situação em Roraima, pois, os últimos dados coletados pelo Programa Sentinela foi em 2004. O que se torna de grande importância a reflexão sobre o tráfico de mulheres para fins sexuais nessa região do Brasil.

Cabe ressaltar que o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, na fronteira entre Brasil e Venezuela é fortificado pela condição das cidades nas fronteiras e a falta de vigilância, além de outros atos ilegais como o tráfico de combustível e a venda de produtos ilegais. A BR-174 é conhecida como a simplificadora do tráfico de mulheres, pois sua rota favorece a possibilidade de conexão entre diversos países do mundo.

5 DEPOIMENTOS DE VÍTIMAS DO TRÁFICO DE MULHERES

Mulheres são violentadas a cada minuto todos os dias. A cada depoimento das vítimas, o sentimento de impunidade é estarrecedor.

Nesse tópico será exposto o depoimento de duas mulheres, onde será mostrado as suas respectivas trajetórias que podem ser distintas, porém o início é sempre igual: mulheres vulneráveis em busca de melhorar suas vidas.

5.1 Simone Borges Felipe.

Simone Borges Felipe, residia na periferia da cidade, no Setor Santos Dumont em Goiânia com seus pais, irmã e o seu filho de apenas quatro anos de idade. A família era sustentada pelo patriarca, com o salário de apenas R\$ 128,00 reais. Simone foi para Espanha em 22 de janeiro de 1996, e seu propósito era juntar dinheiro para ajudar seus familiares.

As aliciadoras de Simone foram duas irmãs, sendo uma delas sua própria vizinha, e a outra uma profissional da prostituição na Espanha. Segundo as irmãs e seu depoimento, Simone sempre soube que iria para a Espanha se prostituir. Já para sua família, a vítima recebeu a proposta para trabalhar como empregada doméstica e depois para ser garçoneiro, essa foi a razão pela qual Simone aceitou o convite. Essa versão é confirmada por outra vítima aliciada pelas mesmas irmãs. A vítima dá o mesmo relato, que foi com a intenção de trabalhar como babá ou garçoneiro, porém, após chegar à Espanha, viu que teria de trabalhar como prostituta, mas conseguiu fugir no primeiro dia. Ela afirma que as outras vítimas que lá estavam se prostituindo, também se encontravam drogadas e alcoolizadas.

Simone conseguiu entrar em contato com a família após um mês desde sua chegada à Espanha. Simone telefonou em prantos aos pais e pediu para a família contatar o consulado para sair de lá. Quatro meses após sua chegada, no dia seis de abril de 1996, precisamente em um sábado, a família de Simone foi avisada que ela havia falecido, por razões de uma infecção pulmonar, tuberculose e insuficiência respiratória aguda. Porém foi realizada uma nova autópsia no Brasil, que entrou em

contradição com a da Espanha, indicado a causa da morte como insuficiência renal e hepática aguda, que pode ser causada por uma overdose, ou até por um choque anafilático produzido por algum medicamento que a vítima consumiu. Consecutivamente, o Instituto Nacional de Toxicologia da Espanha retificou o seu diagnóstico admitindo o seu erro.

De acordo com os relatos das vítimas que conheciam Simone na Espanha, o local onde viviam era um apartamento pequeno, onde não havia nenhuma calefação. Quando Simone ficou doente, mesmo assim foi obrigada pelo dono do bordel a trabalhar até dois dias antes de falecer. No hospital, foi tratada com desinteresse pelos funcionários.

No dia 28 de abril de 1996 precisamente às 17h05min, o corpo de Simone chegou a cidade de Goiânia. Simone foi velada na casa de sua família e enterrada no dia seguinte, no cemitério Parque.

5.2 O Caso “Baiana”.

Em 1998, uma adolescente moradora do estado da Bahia tinha apenas 16 anos na época de seu envolvimento com o tráfico de mulheres para exploração sexual. A adolescente é identificada apenas como “baiana”, pois não teve seus nome revelado.

Baiana iniciou-se no tráfico de mulheres depois de conhecer uma tia que residia na época na Suíça e estava no Brasil à passeio. A adolescente desenvolveu uma relação de amizade e confiança com sua tia.

Após a tia voltar à Suíça, meses depois telefonou para “Baiana” e propôs que fosse para Suíça trabalhar e estudar, onde passou várias informações de como seria melhor a sua vida se morasse naquele país.

Eu disse a ela: ‘como seria viver a vida aí na Suíça?’ A resposta é que a Suíça é um país maravilhoso, que... teria tudo o que sempre sonhei, liberdade... então pedi um tempo a ela para pensar em tudo. (PESTRAF, 2002, p.154).

Após convencer os pais, “Baiana” soube pela tia que em razão de sua idade, não poderia ir para Suíça. O pai de “Baiana” tentou por meios legais e por meio de um advogado souberam que precisariam de alguns meses até que tudo estivesse regularizado para sua viagem. Porém, a tia da adolescente providenciou por meio de outra mulher, um documento falso para sua sobrinha. Um mês depois, tudo havia sido organizado e a tia mandou para a sobrinha o para o pagamento do passaporte e da passagem aérea.

Então, em abril de 1999, “Baiana” saiu de sua cidade natal na Bahia para embarcar para Zurique na Suíça. Logo após chegar, foi recebida pela tia e dois homens, que a levaram para comprar várias roupas e ir em um salão de beleza. No seu primeiro dia, a mando da sua tia, “Baiana” teve seu primeiro contato com a exploração sexual com um dos homens que a esperavam no aeroporto.

Esse homem e a tia entraram em um acordo onde ele se casaria com “Baiana” para que então, em troca, ela se prostitui-se. O dinheiro que ela recebia com a prostituição, metade era repassado para a tia e o restante para pagar as despesas de “Baiana” ao seu “marido”. “Baiana” sentia medo e por diversas vezes foi agredida pelo seu marido.

Por seis vezes na semana ela trabalhava como prostituta e não tinha acesso nenhum ao dinheiro que recebia, sua tia pegava o dinheiro e dizia que era para pagar as passagens para voltar ao Brasil.

Pela vergonha, “Baiana” não contava aos seus pais sobre o que estava passando na Suíça em suas raras ligações telefônicas. Depois de um ano e meio na Suíça, ela ficou grávida de seu marido, a tia sugeriu o aborto, no qual foi feito no terceiro mês de gravidez.

Depois de tudo que passou com a tia e o marido, contou sua situação a um cliente, que então passou a ajudá-la. Então ela conseguiu se afastar e deixou de trabalhar para a tia. Passou a ter um relacionamento com seu amigo e assim foi se afastando da prostituição.

6 O CONSENTIMENTO DAS VÍTIMAS PARA O TRÁFICO DE MULHERES

Como já anteriormente evidenciado, é certo a condição de fragilidade que as vítimas do tráfico de mulheres se encontram ao serem persuadidas para o tráfico. Com o poder dos aliciadores e suas formas de convencimento, as mulheres com essa condição são convencidas pela destreza dos traficantes.

As promessas de ótimos trabalhos no exterior são um dos meios de convencimento usados pelos traficantes, bons salários, com os quais assim, essas vítimas mudariam completamente de vida e ainda poderiam ajudar a família, o que torna praticamente irrecusável a proposta feita pelos aliciadores.

Depois de convencer as vítimas, os traficantes procuram organizar passaportes, que na maioria das vezes são falsos, e entregam dinheiro para que as vítimas possam viajar. O que acontece quando chegam no destino, que pode ser qualquer país da Europa, as vítimas se encontram em situação completamente diferente do oferecido e descobrem para o que realmente foram enviadas.

Uma das primeiras ações dos traficantes é retirar o passaporte das vítimas, para assim obriga-las a continuar nesse lugar, principalmente em bordéis, de onde as vítimas são proibidas de sair. As vítimas são obrigadas a laborar como garotas de programas para poder pagar a totalidade das passagens, hospedagem, o que comem e tudo que elas lá utilizam. As mulheres que recusam a atividade sexual podem sofrer várias ameaças e também podem sofrer graves lesões físicas.

O mais frequente engano usado para recrutar mulheres é a oferta de trabalho no exterior. Quando elas chegam ao destino, a situação muda, algumas vezes imediatamente, outras vezes gradualmente. Até as mulheres que sabem que irão trabalhar na prostituição não estão preparadas para a falta de controle, violência e brutalidade que experimentam ao serem traficadas. E nem esperam a literal situação de escravidão nem os débitos que são tão altos que dificilmente ou impossivelmente serão pagos (HUGHES, 2005, p. 28).

A autora ainda afirma que o que as traficantes perdem primeiramente é a própria liberdade. Muitas das mulheres chegam a cometer o suicídio, que é causado pelo sofrimento psicológico a que são levadas.

Em relação ao consentimento das vítimas do tráfico de mulheres, falta um consenso na doutrina brasileira para ser tipificado o crime.

Existem aqueles que consideram que quando a vítima consente em ir para o exterior, especialmente nos casos em que ela sabe que irá trabalhar como prostituta, o crime de tráfico para fins de exploração sexual estaria descaracterizado (SAKAMOTO, 2008, p.10).

No dia 28 de junho de 2006 na capital do Brasil foi realizada a Consulta Pública sobre política nacional, onde a revista Internacional Direito e Cidadania, REID, editada por Antonio Guimarães Marrey foi publicada em 2007, onde podemos observar

Alguns participantes governamentais e não governamentais expressaram suas apreensões sobre a possibilidade de casos de tráfico de profissionais do sexo precipitarem longas discussões no tribunal, geradas por juízes conservadores ou advogados espertos, em relação ao tráfico de mulheres “desonestas”, considerando que automaticamente essas mulheres consentiram com sua exploração, porque se sustentam com o trabalho sexual e por isso não teriam o direito de estarem enquadradas no crime de tráfico de seres humanos (MARREY, 2007, p. 10)

Assim, considera-se que se a vítima consentir em exercer atividade sexual, ela não estaria incluída no rol de mulheres vítimas de tráfico de pessoas. De acordo com Luiz Flávio Gomes é esse o posicionamento de acordo com a imputação objetiva. “A liberdade individual, a liberdade sexual, entre outros, pelo tráfico internacional de seres humanos são disponíveis” (GOMES, 2009, p.76).

Nesse fundamento, Rogério Sanches da Cunha declara “a indisponibilidade do bem jurídico tutelado, a moral sexual pública, e dessa forma, o consentimento da pessoa com o exercício da prostituição não retira a responsabilidade do sujeito ativo” (CUNHA, 2009, p.255).

Desse modo, a posição que domina é a da irrelevância do consentimento da vítima, pois, esse consentimento é adquirido através de fraude, falsas promessas, e pela ingenuidade da mulher traficada.

Percebe-se que na maior parte dos casos em que há exploração da pessoa, seja laboral ou sexualmente, o elemento vulnerabilidade está presente. Sendo assim, o consentimento não se dá de forma totalmente livre e consciente, pois a pessoa encontra-se fragilizada por indeterminados fatores, não devendo ser relevado para fins de descriminalização da conduta (SAKAMOTO, 2008, p.11).

O consentimento da vítima, então, é insignificante em qualquer que seja o caso, pois ele é viciado por ter sido adquirido pelo engano e as falsas promessas feitas pelos criminosos as vítimas.

Portanto, não se pode tratar como lícito algo que transgride os fundamentos do Estado Brasileiro e causa um dano a dignidade da pessoa humana que é exatamente o estado das vítimas quando são encontradas nessa situação.

O posicionamento do Protocolo de Palermo, do qual o Brasil é signatário e já foi anteriormente citado, também se posiciona em relação ao consentimento das mulheres vítimas do tráfico. De acordo com o protocolo o consentimento dado pela vítima, seja qualquer tipo de exploração, será tido como irrelevante se tiver sido obtido mediante ameaça, uso de força ou qualquer outra forma de coação.

Portanto, é conclusivo que as vítimas merecem e devem ser protegidas pela legislação brasileira e as demais autoridades, pois é explícita a vulnerabilidade dessas mulheres quando em comparação com o poder dos traficantes.

7 CONCLUSÃO

Após o estudo, a finalidade desse trabalho foi analisar as questões que envolvem o tráfico de mulheres.

Entende-se que a questão do gênero feminino é um dos problemas centrais do crime. A desigualdade na qual inferioriza as mulheres faz com que os criminosos as vejam como produtos a serem comercializados.

Também foi mostrado que a maioria das vítimas do tráfico de mulheres são pessoas que vivem em casos de miséria, são vulneráveis socialmente, vivem em desigualdade econômica, baixa escolaridade, sem experiência profissional, e as vezes abandono familiar. Esses fatores, que somados, levam as mulheres a se submeterem ao tráfico.

Evidentemente durante a pesquisa, foi mostrado que os órgãos internacionais foram, ao longo da história, se ajustando com a realidade a fim de combater o tráfico.

Se mostrou possível o caso em que a vítima consente em participar do tráfico de mulheres, por não haver escolhas em razão da falta de oportunidades durante toda a vida.

Portanto é importante que os Estados se preocupem com as vítimas. Como uma forma de tentar coibir o tráfico de mulheres, é necessário que existam projetos que ofereçam uma maior segurança e assistência as vítimas na sua recuperação, pois ainda existem preconceitos por parte da sociedade.

Em relação ao combate do tráfico de mulheres, também é necessário que a atenção do Estado esteja mais dedicado e voltado para esse crime, pois o mesmo, não tem a devida atenção estatal e também, da própria sociedade.

A união dos Estados é mostrada como uma saída para começar o combate ao tráfico de mulheres. Assim, os trabalhos realizados que ajudarem as famílias vítimas desse crime, com suas vulnerabilidades sociais, podem retirar o Brasil da estatísticas de um país que fornece pessoas para a exploração sexual.

As celebrações de tratados e as alterações legislativas são um meio de combater o tráfico de mulheres, mas os resultados somente virão se contar com reforços em aeroportos, estudos direcionados e proteção dos grupos de riscos, principalmente no interior do Brasil, onde estão localizadas as pessoas em situações mais precárias.

Pela situação atual em relação ao tráfico de mulheres, é evidente a falta de preparo por parte dos Estados em combate a esse crime, pois muitas mulheres morrem nas mãos dos traficantes, como uma “queima de arquivo”, e muitas outras desistem de prosseguirem com inquéritos policiais contra os traficantes.

Conclui-se que o tráfico de mulheres, envolve coerção, ameaças, violência, explorações, drogas, dívidas, e tem muito mais a ser desvendado nesse crime. Portanto, o tráfico de mulheres existe e, possivelmente não deixará de existir. Pois,

tem amplo mercado internacional, com uma margem de lucro enorme e vários clientes pelo mundo. Então, resta que, a solução desse problema não vem a curto prazo, e sim com um trabalho a ser feito durante os anos que vierem.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no Direito constitucional contemporâneo: Natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação.** 11 dezembro 2010. Disponível em: <http://luisrobertobarroso.com.br/wpcontent/uploads/2010/12/Dignidade_textobase_11dez2010.pdf/.%3E>. Acesso em: 31 jun. 2017.

BRASIL. **Código civil.** Promulgado em 10 de janeiro de 2002. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 08 jun. 2017.

BRASIL. **Código penal.** Promulgado em 7 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 06 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 06 jun. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 11.106, de 28 de março de 2005** (Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências). Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm>. Acesso em: 30 jul. 2010.

_____. Conselho Nacional de Imigração - **CNIg. Resolução Normativa nº 122**, de 3 de agosto de 2016. Brasília – DF, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Resolução normativa nº 122, de 3 de agosto de 2016.** Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGAMOS/MTE/Resol/Res_122_16.html>. Acesso em: 05 de jun. 2017

_____. Decreto Nº 5.948, de 26 de outubro de 2006. **Política Nacional de**

Enfrentamento do Tráfico de Pessoas – PNETP. Brasília – DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm>. Acesso em 29 jul.2010.

_____. Decreto Nº 5.017, de 12 de março de 2004. **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.** Brasília – DF, 2006.

GOMES, Luiz Flávio. Reforma penal dos crimes sexuais. Disponível em: <http://www.uvb.com.br/main;posgraduação/CienciasCriminais/AulasImpressas/CC_Aula_02_Complementar.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

GRECO, Rogério. **Adendo - Lei no 12.015/2009 (Dos Crimes Contra A Dignidade Sexual).** Niterói,RJ: Impetus, 2009. <<http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/14028/material/Lei%201205-09.pdf>>. Acesso em: 9 ago 2017.

HUGHES, Donna M. **Supplying women for the sex industry: trafficking from the Russia Federation.** Disponível em <http://www.uri.edu/artsci/wms/hughes/supplying_women.pdf>. Acesso em 14 maio 2017.

JESUS, Damásio E. de. **Tráfico internacional de mulheres e crianças: Brasil: aspectos regionais e nacionais.** São Paulo: Saraiva, 2003. 403 p.

KAPPAUN, Alexandre de Oliveira. **Tráfico de mulheres, feminismo e relações internacionais: uma abordagem histórica.** 2011, p.3

LEAL Maria Lúcia. **Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil- PESTRAF.** Brasília: CECRIA, 2002 (Relatório Nacional). 280 p.

MARREY, Antonio Guimarães; RIBEIRO, Anália Belisa. **Enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil. Revista Internacional Direito e Cidadania.** Disponível em: <<http://www.reid.org.br/?CONT=00000152>>. Acesso em: 01 ago. 2017

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Decreto 6.347, de 2008. I **Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas.** Brasília – DF, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6347.htm> Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Portaria Interministerial nº 634, em 25 de fevereiro de 2013. II **Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas.** Brasília – DF, 2013. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/politica-brasileira/anexo_gi_monitoramento/portaria-interministerial-no-634-de-25-de-fevereiro-de-2013.pdf>. Acesso em: 28 de agosto 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes contra a dignidade sexual.** Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/288470439/46-Crimes-Contra-a-Dignidade-Sexual-Guilherme-d>>. Acesso em: 24 de maio 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual.** Brasília: OIT, 2006. 80 p.

PEREIRA, Armando. **Prostituição, uma visão global.** Ed. Pallas S.A., 1976.

PESTRAF – **Pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil.** Brasília, dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Pestraf_2002.pdf>. Acesso em: 09 de maio 2017.

SAKAMOTO; PLASSAT, Xavier. **Desafios para uma política de enfrentamento ao tráfico de seres humanos para o trabalho forçado. Secretaria Nacional de Justiça. Política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas.** Brasília: SNJ, 2 ed., 2008.

_____. Secretaria Nacional da Justiça. **Plano Nacional de Enfrentado ao Tráfico de Pessoas**. Brasília: SNJ, 2008. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/suaprotecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos/iplano-nacional-de-etp.pdf>>. Acesso em: 7 de jan de 2017.

SIQUEIRA, Priscila. **Cartilha sobre o Tráfico Humano**. In: Secretaria de Justiça, p.24.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. **Tráfico de pessoas e contrabando de migrantes: Ações**. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/acoes.html>>. Acesso em: 11 de jul. 2017.

VIEIRA, Jair Lor. **Código de Hamurabi**. Editora Edipro. 2011. 144 p.